



**Conselho Municipal de Saúde
do Rio de Janeiro**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 12/05/2015

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e quinze, em convocação para realização no período das quatorze às dezoito horas, no Auditório Meri Baran, Centro Administrativo São Sebastião/CASS, reuniu-se pelo segmento dos **Usuários – Conselheira Zorete Andrade da Silva (Associação de Amigos, Familiares e Doentes Mentais do Brasil - AFDM); Conselheiro Jackson Silveira Caiafa (Associação Carioca de Diabéticos - ACD); Conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Associação Carioca de Distrofia Muscular - ACADIM); Conselheira Júlia Daniela de Castro (Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM-RIO); Conselheiro Carlos Henrique Alves (Conselho Distrital de Saúde da AP 1.0); Conselheira Maria Edileuza Braga Freire (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); Conselheira Sônia Regina G. da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2); Conselheiro João Dionísio Menezes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); Conselheiro Ludugério Antonio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1), Conselheiro Mauro André dos Santos Pereira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2) e Conselheiro Geraldo Batista de Oliveira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3). Pelo segmento dos Profissionais de Saúde – Conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro - SASERJ); Conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro - SATEMRJ); Conselheira Vivian Peixoto Nogueira (Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Rio de Janeiro - SINDENFRJ); Conselheira Sheila Marino (Sindicato dos Fonoaudiólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINFERJ); Conselheiro José Antonio Alexandre Romano (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED); Conselheira Nádia Roberta Chaves Kappaun (Associação dos Funcionários do Instituto Nacional do Câncer - AFINCA) e Conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI). Pelo segmento dos Gestores/Prestadores de Serviços – Conselheira Ângela Rocha de Lamare Leite (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); Conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); Conselheiro David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); Conselheiro Rogério Marques Gonçalves (Secretaria Municipal de Saúde - SMS) e Conselheira Cristina Guedes Veneu (Viva Rio). A reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde (CMS/RJ) do Rio de Janeiro iniciou-se tendo como pauta: Distribuição das Atas de 07/04 e 14/04/2015; 1) Deliberação da Ata de 10/03/2015; 2) Deliberação do processo: 09/000068/2014. Assunto: Habilitação de 14 (quatorze) leitos de UTI tipo III do Instituto Nacional Saúde da Mulher, Criança e Adolescente Fernandes Figueira, CNES 2708353 - CDS AP 2.1; 3) Comissão de Educação Permanente; 3.1 - Prestação de informações sobre o Programa de Tuberculose - 30 minutos; 4) Comissões do Conselho Municipal de Saúde - 20 minutos; 5) Informes da Secretaria Executiva do Conselho - 10 minutos; 6) Informes do Colegiado - 30 minutos. O**

Secretário Executivo e Conselheiro David Salvador de Lima Filho iniciou a reunião às quatorze horas e trinta minutos, dando boa tarde a todos e informou que, antes de começar a compor a Mesa, tinha que contar uma situação. Disse que estavam com a presença do senhor **Leandro Farias** que havia se reportado como jornalista independente que, segundo ele, estava buscando realizar um trabalho cujo interesse era de formação no campo do controle social e que a intenção dele era fazer um trabalho didático e depois expô-lo em comunidades. Continuou dizendo que ele solicitou a possibilidade de filmar e tirar foto. Disse que o Conselho era público e que as pessoas tinham o direito de estar presentes, mas que esses procedimentos mexiam com o direito de imagem de cada um e que queria consultar os presentes se haveria algum problema do senhor Leandro fazer aquele trabalho. A **Conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira, representante da Secretaria Municipal de Saúde - SMS** pediu a palavra ratificando a fala do **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** de que o Conselho era público, mas quando havia alguma questão relacionada à pesquisa de imagem, que era interessante falar com a Comunicação Social e outro detalhe era que quando usava o direito de imagem tinha também o Comitê de Ética. Continuou dizendo que como não era uma pesquisa não exigia todo trâmite que exigia uma pesquisa, pelo Comitê de Ética, mas, de todo modo seria interessante que o senhor **Leandro Farias**, segundo a avaliação dela que estava dividindo com o grupo, se dirigisse à Comunicação Social, já que ele era jornalista para que pudesse explicar melhor e até apresentar em outra oportunidade o trabalho e a proposta dele como um todo e assim apresentar uma proposta mesmo de trabalho para que pudessem acompanhar da melhor forma possível. Que entendia que seria prudente, porque ele vinha no Conselho Municipal e iria filmar e que era importante fazer esse caminho do que interromper o trabalho várias vezes com várias questões que poderiam ter antecipado. Disse que existiam duas instâncias, a Assessoria de Comunicação Social que o receberia com muito prazer e o Comitê de Ética caso fosse necessário e que dependeria do trabalho dele. Que se fosse um Projeto de pesquisa iria ao Comitê de Ética e se não fosse a Comunicação Social iria orientá-lo corretamente. Finalizou dizendo que era um prazer ter sempre alguém interessado no tema. Passou a palavra ao **Conselheiro Marinaldo Silva Santos, representante do Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI** que deu boa tarde e disse que entendia a preocupação da **Conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira**, mas que o companheiro **Leandro Farias** já estava lá com o equipamento e que ele deveria ter vindo por algum trâmite; propôs uma inversão para quem pudesse dar uma explicação ou o falar sobre o que se referia esse Projeto dele para que fosse submetido ao plenário e se o plenário concordasse ele faria toda a filmagem, tudo que ele necessitasse e se comprometeria a estar com o serviço e Comunicação Social e de Ética, ambos da Saúde para poder divulgar ou não já que não sabia qual era a pretensão dele. Que estava apenas tentando inverter para que não perdesse essa oportunidade. Dando aparte a **Conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira** disse que não concordava e que não achava que o senhor **Leandro Farias** estava perdendo a oportunidade e o **Conselheiro Marinaldo Silva Santos** disse que estava colocando para que o plenário resolvesse, pois eram duas questões, a **Conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira** estava colocando “não” e ele estava colocando “sim” para a filmagem. O senhor **Leandro Farias** conforme a apresentação do **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** disse que era jornalista independente e o trabalho dele era fazer uma pequena filmagem daquela reunião e que a proposta era que esse ano era um ano de Conferência Nacional de Saúde, que vinha participando de diversas reuniões e eventos promovidos como preparativos para essa Conferência. Disse que esteve na plenária do Sudeste, em São Paulo, que esteve em Brasília na plenária Nacional, que semana passada,

quinta, sexta e sábado estive na UFRJ na Conferência Distrital de AP 3.1 e que tinha sido convidado a participar daquela reunião naquela data e que tinha trazido aquele equipamento justamente para fazer aquela filmagem, que já estava fazendo o acompanhamento, pois, seu objetivo era fazer um vídeo didático ou vídeos didáticos para mostrar para a população a importância de se participar dos conselhos de saúde, a importância do controle social porque até o ano passado ele era leigo; que boa parte dessas informações não tinham chegado a ele; ou seria isso ou mesmo a falta de interesse dele, que saberia explicar. Resumindo disse que achava que seria importante produzir esses vídeos didáticos justamente para mostrar o que era o Conselho Municipal de Saúde, qual era a sua importância de maneira tal que atraísse mais a população para esse controle social que era de extrema importância para essa questão de saúde pública no município, no Estado e até no país. Finalizou dizendo que respeitava a opinião de todos, que sabia que era um ambiente público e aberto, mas que, se a grande maioria se sentisse prejudicada com isso, ele iria entender; continuou dizendo que era tudo visando o bem coletivo. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** retomando a palavra disse que estavam num impasse e que não via outra forma de resolver isso que não fosse pelo voto e que aqueles que achassem que não deveria ser filmado, sugeriu que o senhor **Leandro Farias** colhesse assinaturas para que pudesse reproduzir alguma coisa; que não era porque alguns tinham perdido na votação que teriam sua imagem veiculada, porque senão, ele, **Leandro Farias** estaria passivo de ser processado; que estava falando isso para protegê-lo. Disse que queria fazer isso porque o que interessava para o senhor **Leandro Farias** era filmar tudo desde o início e que se ele abrisse exceção o senhor **Leandro Farias** perderia o início porque ainda não estava podendo filmar. Que era por isso que estava resolvendo antes de começar a reunião. Colocou em votação pedindo para que levantarem os crachás os Conselheiros que eram a favor da filmagem do senhor **Leandro Farias**, depois pediu aos Conselheiros contrários à filmagem que levantassem os crachás e por último os que estavam se abstendo. Agradeceu a todos e com o resultado da votação disse ao senhor **Leandro Farias** que ele poderia filmar, mas sugeriu que ele fizesse uma lista colhendo autorização para a proteção dele no uso de imagem. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** passando para o início dos trabalhos foi interpelado pela **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto, representante do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro - SASERJ** que, dando aparte, perguntou como tinham iniciado votando numa Assembleia ou plenário sem que tivesse havido oficialmente a abertura dos trabalhos pela Presidente da Mesa que não estava composta e o **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** respondeu dizendo que tinha sido uma precedência. A **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto** disse que como havia se absterido pediu um minuto de fala e o **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** disse que não porque a assembleia não estava aberta e a **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto** disse que então ninguém votaria e que por isso se absteve para pedir esclarecimento; que quando a plenária não estivesse aberta não poderiam votar e que somente tinha levantado o crachá era porque todos tinham votado contra ou a favor e que ele tinha o direito de se abster e que se tinha contado voto daqueles que foram a favor que, tinha que contar com a observação do Regimento Interno. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Salvador Lima** se reportando à **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto** disse que tinha acabado de dar aquela explicação e a **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto** reiterou dizendo que qualquer votação antes da Mesa composta da abertura do evento, da plenária, que era sem efeito. Continuou dizendo porque votar já que, quem tinha se absterido não poderia falar. Eu era um contrassenso. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** pediu para que não viesse com um “cavalo de batalha” e que o deixasse falar, pois tinha dado exatamente essa

explicação ao **Conselheiro Rogério Marques Gonçalves, representante da Secretaria Municipal de Saúde - SMS** e que, somente, estava fazendo aquela votação porque se tratava de direito de imagem das pessoas e ao senhor **Leandro Farias** interessava filmar desde o início, inclusive a composição da Mesa; que tinha sido por isso. A **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto** respondendo ao **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** disse que se ele poderia falar o que queria, ela também poderia, com todo o direito, e sem microfone já que o mesmo estava em poder do **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima**. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** comunicou, então, que iria compor a Mesa e passaria o problema para a Mesa. Que no dia 12 de maio de 2015, no Auditório Meri Baran, no Centro Administrativo São Sebastião - CASS, rua Afonso Cavalcanti, 455 - Bloco I, 8º andar, em segunda convocação, às 14h40m, o Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro estava se reunindo. Compôs a Mesa chamando pelos Conselheiros: **Sônia Regina G. da Silva (Usuário)**, que, como ainda não havia chegado, foi substituída pela **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes; Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Usuário); Marinaldo Silva Santos (Profissional de Saúde); Patrícia de Albuquerque Ferreira (Gestor)**. Lembrou que tinham sido distribuídas aos Conselheiros, na entrada, as Atas de 07 e 14 de Abril de 2015. Passou a coordenação dos trabalhos para a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**, substituta do Presidente do Conselho Municipal de Saúde que dando boa tarde a todos deliberou, dando início à reunião, como ponto extraordinário, perguntando ao pleno se fariam a revotação naquele momento ou deixariam para após abertura de pauta. **Abriu a votação para aprovação da gravação de toda reunião pelo senhor Leandro Farias e, tendo uma abstenção, a mesma foi aprovada.** A **Conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira** tomando a palavra e se reportando ao senhor **Leandro Farias** deixou claro que não tinha nada a ver com ter ou não democracia; que era apenas uma questão de preservação da pessoa dele e de todos e que isso era um trâmite normal. A **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto** em contra ponto pedindo questão de ordem disse que a **Conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira** tinha mencionado as palavras dela sobre democracia e que não permitiria a ela fazer isso. A **Conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira** respondendo à **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto** disse que tinha feito um esclarecimento antes da defesa da Mesa e tinha sentido necessidade de complementar o tal esclarecimento. Ratificou que o que estava falando dizia respeito a posição dela e que não tinha relação com outra pessoa. A **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto** foi atendida para a palavra e disse que achava que a Mesa, não especificamente à **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**, mas que o governo ali presente precisava ser muito mais moderado, que medissem as palavras para falarem com a sociedade civil, esta que morria nas portas das unidades de saúde do governo e que queria dizer que ela não era contra à publicidade das ações deles, Conselheiros; que se ele registrasse a verdade, ele iria ver que precisavam resgatar o posicionamento dos Conselheiros nesse Conselho Municipal de Saúde. Que da parte dela, poderia publicizar e que se fosse verdade, poderia publicar o que ela havia falado integralmente, sem cortes, porque se cortasse não estaria de acordo com as opiniões dela. Que o governo falar, defendendo o que achava que deveria defender em cima da opinião de qualquer outro Conselheiro, achava um absurdo. Disse que, também, não poderia toda hora estar questionando o governo e que não queria ser questionada pelo governo, que queria discutir, ela, sociedade civil e o governo o mal atendimento para com ela no nosso município, somente isso. Que se não debatesse com a sociedade civil não levaria a lugar nenhum. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** agradeceu à **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto** pela contribuição e deu início à reunião do Conselho Municipal de

Saúde do Rio de Janeiro lendo a pauta da reunião, descrita acima, elaborada pela Comissão Executiva. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**, após leitura da pauta, colocou-a em votação **sendo aprovada**. Continuou com **item 1) Deliberação da Ata de 10/03/2015 para aprovação, sendo aprovada**. Dando continuidade à pauta passou ao **item 2) Deliberação do processo: 09/000068/2014**. Assunto: Habilitação de 14 (quatorze) leitos de UTI tipo III do Instituto Nacional Saúde da Mulher, Criança e Adolescente Fernandes Figueira, CNES 2708353 - CDS **AP 2.1 colocando em votação foi aprovado**. Passou ao **item 3) A Conselheira Maria José dos Santos Peixoto do segmento profissional de saúde e representante do Sindicato dos Assistentes Sociais - SASERJ** dando aparte ratificou que poderiam aprovar em bloco visto que já havia passado pelos Conselhos Distritais, onde visitavam as unidades, discutiam e aprovavam, sendo que, caso tivessem algum impedimento, não viriam para aprovação no Conselho Municipal de Saúde. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** retomando a palavra colocou os processos em votação e **os processos foram aprovados pela maioria simples dos votos**. Passando ao **item 3) Comissão de Educação Permanente: 3.1 - Prestação de informações sobre o Programa de Tuberculose - 30 minutos**, perguntando se o palestrante havia chegado e como o mesmo ainda não havia chegado deu continuidade passando ao **item 4) Comissões do Conselho Municipal de Saúde - 20 minutos**, chamando a Comissão de Saúde do Trabalhador e a Comissão de Saúde sem falas; chamou a Comissão de Orçamento e Finanças sem nada a informar também; Comissão de Saúde Mental e Comissão e Gêneros, Raças e Etnia, ambas sem falas também; Comissão Especial para Acompanhamento de Eventos em Massa sem fala; continuou com a Comissão de Educação Permanente com o ponto na pauta aguardando o palestrante; Comissão de DST/AIDS sem fala. Passou ao **item 5) Informes da Secretaria Executiva do Conselho - 10 minutos**. O **Conselheiro Carlos Henrique Alves** do segmento usuário, representando o Conselho Distrital de Saúde AP 1.0 pedindo desculpas, disse que poderia acontecer de chegarem, posteriormente, membros dessas Comissões que ficavam para o final e quererem falar; perguntou como ficaria essa situação. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que ficaria para os informes gerais. Passou, então, ao **item 5) Informes da Secretaria Executiva do Conselho - 10 minutos**. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** informou que já haviam começado a Conferência com a realização da Conferência Distrital de Saúde da AP 3.1 e que a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** daria o informe dela sobre a Conferência que era da área dela e que, por isso, não entraria em detalhes, mas que poderia afirmar que tudo tinha ido muito bem por parte da Secretaria Executiva; que tinham tido ótimos dias de trabalho e queria agradecer àqueles da Comissão Organizadora que puderam estar presentes para ajudar e que agora, teriam, na quinta-feira, a Conferência da AP1.0 cuja abertura acontecerá na Câmara de Vereadores às 9 horas. Que por hora era isso e que estavam trabalhando duro a fim de que tudo desse certo e corresse da melhor forma possível para que culminassem numa Conferência Municipal muito boa. Agradeceu dando boa tarde. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** passou ao **item 6) Informes do Colegiado - 30 minutos**. O **Conselheiro Carlos Henrique Alves**, popular “Marreta”, representante do segmento usuário pelo Conselho Distrital de Saúde AP 1.0 informou que estava havendo alguns problemas com a Conferência que iria acontecer na Câmara Municipal e gostaria de esclarecer um deles; que a entrada oficial na Câmara Municipal era pela rua Alcindo Guanabara, depois de adentrarem à Casa que deveriam subir para o segundo andar, descer para o primeiro e subir novamente para o segundo, no Salão Nobre. Que parecia complicado e a **Conselheira Ângela de Lamare**, dando aparte, disse que se perguntassem e se informassem na própria Câmara encontrariam o local. O **Conselheiro Carlos Henrique Alves** disse que

estava informando porque existia uma polêmica e uma delas era que a “Casa do Povo” impedia que o povo entrasse, pois tinham pessoas que normalmente não tinham acesso - se dirigiu à **Conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Usuário)**, cadeirante - e que teriam que usar profissionais de lá para carregarem-na, caso fosse. Ratificou que a Câmara não tinha acesso e se dizia “Casa do Povo”. Que quando não era para um, não era para o povo e que de qualquer maneira era o lugar que tinham conseguido, que tinham batalhado e que aconteceria apenas a abertura da Conferência e que na parte da tarde, a partir das quatorze horas não seria lá. Que teriam uma hora de almoço para os convidados e delegados que receberiam o tíquete para o almoço e na volta, as pessoas que estivessem participando da Conferência iriam se dirigir para rua Mayrink Veiga, 19, na CAP 1.0 que estava apoiando no uso das salas. Finalizou dizendo que gostaria muito que todos estivessem lá para fazerem uma Conferência com as necessidades adequadas. Agradeceu. O **Conselheiro Ludugério Antônio da Silva**, segmento usuário, representante do Conselho Distrital de Saúde AP 5.1, dando boa tarde a todos, disse que gostaria de deixar registrado que tinham uma Conselheira muito querida na AP 5.1, Maria José de Souza Barbosa e que ela havia falecido há um ano e pouco e que tinham feito uma Clínica da Família, inaugurada no sábado passado, e que pediram para que colocassem o nome da Clínica em homenagem à Maria José e foi atendido e inaugurada. Disse que achava que isso era uma conquista do controle social da comunidade. Informou que a Conferência da AP 5.1 será dia 13 de junho, sábado, no Colégio Federal Pedro II, em Realengo e que todos estavam convidados e que se pudessem participar, inclusive o senhor **Leandro Farias**, que iria dar o convite e gostaria de contar com todos na participação da Conferência. No mais, desejou que todas Conferências conseguissem os seus objetivos que era melhorar a qualidade de vida e a situação da população. Agradeceu. O **Conselheiro João Dionízio Menezes**, segmento usuário, representante do Conselho Distrital de Saúde AP 3.3 dando boa tarde disse que era de Rocha Miranda e tinha setenta e dois anos, que estava representando a AP 3.3, Madureira - Pavuna, com cerca de hum milhão e duzentos mil moradores, na condição de usuário, que queria informar aos presentes que, na primeira Conferência, a AP 3.1, lá no Fundão, a presidenta Margarida tinha estado presente na abertura e ele tinha participado dos dois dias seguintes e que tinha sido muito produtiva porque ela havia discutido exclusivamente os principais problemas que haviam na saúde e projetos que estavam tramitando em Brasília. Continuou dizendo que tinha sido uma Conferência muito boa e que foram muito bem recebidos; que espera poder dar o mesmo atendimento às senhoras e senhores na Conferência deles que irá acontecer nos dias 30 e 31 de maio, os dois últimos dias do mês, sábado e domingo, com abertura às nove horas da manhã no Clube dos Subtenentes e Sargentos da Aeronáutica, na Avenida Ernani Cardoso, em Cascadura, quase em frente ao Fórum, em Cascadura. Disse que terão abertura com as homenagens com o Prêmio Edma e Marcos Valadão, que tinham sido enfermeiros assassinados quando estavam em plena Conferência Estadual, no Hospital dos Servidores e que tinha chegado a notícia e a suspensão da referida Conferência. Continuou dizendo que a AP 3.3 tinha resolvido homenageá-los e que em todas as Conferências, antes tinha essa homenagem e que depois teriam os trabalhos em grupo e no dia seguinte seria o dia de discussão e aprovação dessas propostas. Finalizou dizendo que estavam todos convidados a pedido da presidenta Margarida para que os prestigiassem e que esperavam poder dar a todos que deram atendimento na AP 3.1 oferecer atendimento cinco estrelas que tiveram no Fundão. Deu boa tarde agradecendo. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**, segmento usuário, representante do Conselho Distrital de Saúde AP 3.1 informou que a Conferência tinha acontecido nos dias 7, 8 e 9 de maio, no Fundão, no CCS Decania, famoso “Quinhentão”, que tinha sido

maravilhoso com um público suficiente; que apesar de dizerem que era uma área muito violenta não tinha acontecido nada porque agora tinha uma parte de transporte maravilhosa, terminal do anel onde ficava a estação do BRT e toda integração em torno; agradeceu à comissão municipal pelo apoio dado, ao Conselho Municipal pela infraestrutura à **Conselheira Ângela de Lamare, ao Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** e a **Conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira** que estiveram nos trabalhos de grupo e que tinha sido um avanço porque em todas as Conferências faziam três, quatro, cinco mesas enormes e os delegados ficavam meio perdidos e que tinham adaptado e colocado os grupos temáticos com os facilitadores o dia inteiro junto com aos delegados e que tinha sido muito produtivo. Disse que tinham saído boas propostas e que estava fechando para encaminhar ao Conselho Municipal de Saúde cem diretrizes e vinte e quatro propostas aprovadas nos grupos. Finalizou dizendo que agradecia a todos. A **Conselheira Maria Edileuza Braga Freire**, suplente usuário, representando o Conselho Distrital de Saúde AP 2.1 dando boa tarde informou que a Conferência Distrital de Saúde da AP 2.1 irá acontecer nos dias 18 e 19 de maio, no Hospital da Lagoa, sendo que dia 18 seria o dia inteiro, começando às 8h30m até às 17h e no segundo dia até meio dia. Que todo mundo conseguia o Hospital da Lagoa, um ponto de referência no Jardim Botânico. Convidou a todos que quisessem se fazer presente na Conferência que seriam recebidos com muito prazer. Agradeceu. O **Conselheiro Geraldo Batista de Oliveira**, segmento usuário, representando o Conselho Distrital de Saúde AP 5.3 dando boa tarde disse que nem sempre era um informe, que iria falar das notícias do Jornal O Globo que haviam publicado sobre as questões que tinham sido votadas no Congresso e o Superior Tribunal Federal tinha julgado as ações que os usuários tinham sofrido na última Conferência quando tinham sido chamados de “vendidos”, “comprados”, nos serviços prestados pelas OS’s, se era verdadeiro se não era verdadeiro. Que era um desabafo para as pessoas entenderem que o movimento dos usuários na realidade era uma posição e não fomos respeitados e que seria muito bom que as pessoas que tinham ofendido os usuários, pudessem chegar lá no Superior Tribunal Federal, em Brasília e chamar o juiz que tinha votado a favor dizendo que era aceitável esse tipo de ações do governo que chamaram os ministros do Superior Tribunal Federal de vendidos já que eles foram tão “esculachados” porque tinham uma opinião. A outra ação, não tinha lido porque o “O Globo” era muito caro e que morava em Santa Cruz e era assalariado, mas que tinha condições de comprar o Extra. A outra notícia publicada no Extra era sobre o número de profissionais que estavam cedidos nos gabinetes das Câmaras Administrativas, das Assembleias, da Câmara Federal; que talvez se esse número de profissionais de todas as funções - que não iria citar senão poderia ser processado de novo - se todos os profissionais das áreas públicas que estavam cedidos viessem trabalhar e dessem assistência aos usuários, talvez não se precisasse buscar alternativas ou esperando a boa vontade de um lado e de outro para fazerem o que tinham que fazer, dando segurança e saúde à população e não ficarem procurando formas de dizerem que eram incapazes de ajudar ou fazer isso ou aquilo. Disse que estava desabafando porque era muito fácil “esculachar” o controle social e o usuário e gritar em Conferência; que poderia fazer um protesto em Brasília e chamar o Orlando Jorge que tinha votado a favor com o voto de “Minerva” e chamar ele de vendido, mas infelizmente não faria isso. Que o pedido que tinham feito dizia direito a serviços e não dizer que tinha que ser OS ou quem fosse porque eles que moravam lá na ponta, Sepetiba, Santa Cruz e queriam o direito à saúde. Finalizou informando que a Conferência da AP 5.3 acontecerá nos dias 11 e 12 de junho a partir das oito horas na FAETEC, Fundação de Apoio à Escola Técnica que ficava no Largo do Budegão, número 46; disse que era longe, bem distante, mas que lá discutiam o controle social, lá se terá opinião, oposição e

posição para se discutir e fazer valer o direito deles de cidadão. Agradeceu e deu boa tarde a todos. A **Conselheira Sônia Regina G. da Silva, representante do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2** dando boa tarde disse que tinham dois informes, que a Conferência da AP 3.2, do Grande Méier será nos dias 20 e 21 de maio no Hospital Nise da Silveira, bem conhecido antigamente como Hospital Psiquiátrico Pedro II e um outro informe bem pertinente era que hoje, uma das pautas era para falar sobre a Tuberculose e que tinham vários conselheiros que além de serem municipais eram conselheiros estaduais também e que estavam chamando atenção para os dados reais e que estava sendo colocado e disponibilizado alguns leitos para tuberculose no Hospital Santa Maria, em Jacarepaguá. Ratificou a presença de conselheiros estaduais e disse que gostaria que fossem atentos para o que iriam fazer a fim de erradicar, realmente, a Tuberculose aqui no Rio de Janeiro. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** retomando a palavra disse que não havia mais inscritos para informes e voltou ao **item 3) Comissão de Educação Permanente: 3.1 - Prestação de informações sobre o Programa de Tuberculose - 30 minutos.** O Dr. **Jorge Pio** dando boa tarde e pedindo desculpas pela demora se apresentou e disse que atualmente estava na Gerência de Pneumologia Sanitária e que tiveram na última reunião para participar, mas não tinha sido possível e que acharam que seria mais interessante deixar para próxima, hoje, para falar sobre a tuberculose. Iniciou a apresentação e no seu término finalizou abrindo para perguntas. O Dr. **Jorge Pio** passou a palavra à **Conselheira Sônia Regina G. da Silva** que agradeceu e disse que somente havia pedido para falar antes dos inscritos porque ele como técnico e médico saberia situar muito mais os presentes, porém, ela, enquanto usuária e militante tinha algumas coisas que gostaria de fornecer e com mais embasamento desses dados apresentados pelo Dr. **Jorge Pio**, que todos pudessem fazer perguntas mais pertinentes. Disse que era **Sônia Regina G. da Silva**, membro do Fórum de Tuberculose que acontecia sempre na primeira terça-feira do mês, na Marechal Câmara, de dez ao meio dia, de dez a uma hora e sempre tinham esses dados e casos que estavam discutindo tanto com o município quanto com o Estado. Disse que o Dr. **Jorge Pio** havia falado na “Maíra”, que era uma técnica de muito valor, polivalente e que jogava nas quatro pontas; continuou dizendo que ele havia falado uma coisa e para que não passasse despercebida ela seria repetitiva. Disse que só tinham quatro pessoas que trabalhavam e que a Secretaria precisava ter um carinho e um olhar diferenciado porque precisavam de pessoas capacitadas para que tivessem dados melhores e tendo dados melhores, conseqüentemente, poderiam atacar onde estava pior e melhorar ainda mais onde estavam conseguindo avançar. Que uma das coisas que haviam trazido, mas que não tinham conseguido mostrar era que a Tuberculose, embora parecesse que estava tudo dominado, não estava e que para quem andava de metrô, ônibus, trem, era para pensarem mesmo, visto que, nesses lugares, que ela havia falado, não existia Newton que dizia que dois corpos não ocupavam o mesmo espaço; que nesses lugares ocupavam dez e que a Tuberculose que mais fazia estrago para todos, e que não era única, era a do “respiro” e que estavam trazendo para todos e levando para a base; chamou a atenção para a alimentação que tinha passado meio despercebido a história sobre o que tinha a ver o restaurante popular com a Tuberculose; que se estavam entendendo que a população de rua são as pessoas mais vulneráveis, que eles precisavam comer porque senão eles abandonavam o remédio, o tratamento, porque o remédio era ruim e entre ficar com fome e tomar um remédio ruim, que era de graça, eles abandonavam porque tinha dificuldade de aceitação no seu organismo e que isso era uma questão de saúde pública para ser pensada. Disse que já tinham Consultórios de Rua em funcionamento e, cada vez mais, tinham que pensar que os “quadrinhos” tinham que conversar e trazerem para essa

discussão, primeiramente, a Secretaria de Habitação, onde vários conjuntos estavam sendo construídos; questionou se estavam pensando na questão da entrada do sol e melhor ventilação, pois cada vez mais as pessoas estavam morando agrupadas e que era um fator de risco para Tuberculose. Continuou dizendo que outra coisa que estavam pensando muito no Fórum e que traziam para esse Conselho era o envolvimento dos parlamentares; que já tinham criado a Frente Parlamentar que era a Comissão de Saúde se envolvendo no tema da Tuberculose; disse que tinham que mudar também até se engajarem; que parecia que não, mas que quando chegavam lá e falavam em Tuberculose perguntavam o que era isso e se ainda existia. Ratificou dizendo que existia e ainda matava muito e que era preciso que estivessem atentos e que quem trabalhasse com esses políticos que fizessem com que vissem que não adiantava se eles moravam só na Barra porque em algum momento estariam esbarrando com alguém que poderia ter o bacilo adormecido dentro ou haver a possibilidade de também pegar Tuberculose e que tinha sido por isso que tinham trazido o material e não tinham conseguido apresentar, o cineminha, que mostrava o “Tiaguinho” que tinha boa alimentação, morava bem, dormia bem e comia bem, mas tinha pego a Tuberculose pulmonar mais difícil; reforçou para que tivessem atenção que só tinham dois lugares que não pegavam a Tuberculose ainda, que era a unha e o cabelo. Que podia ter no membro, no coração, na pele, que eram várias formas e não era uma coisa distante e sim perto e que deveriam prestar atenção nisso. Concluiu dizendo que essa Frente Parlamentar estava dando base, mas que era difícil engajar; que era mais fácil falar que tinha pegado AIDS, que era “pegadora”, que mandava legal, que tinha pego porque estava transando; que era mais fácil a população entender que era “pegador” e “pegadora” do que dizer que tinha Tuberculose, porque anos atrás era associada a quem comia mal e dormia mal e ninguém queria ser diminuído. Que tinha também o preconceito, que ainda tinham pessoas que pensavam que era necessário jogar o talher fora, ferver a roupa, que não era preciso que fizessem isso; que o doente de Tuberculose precisava de carinho como todos os outros e que não pegava se desse abraço ou aperto de mão. Finalizou dizendo que era somente um detalhe para ajudar nas perguntas que seriam feitas ao Dr. **Jorge Pio**. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** passou a palavra ao **Conselheiro Jackson Caiafa**, segmento usuário, representando a Associação Carioca de Diabetes - ACD que iniciou dizendo que quando acontecia ou falavam alguma coisa a diabetes estava presente em tudo, mas que infelizmente era uma verdade que tinha uma prevalência altíssima e a primeira coisa que tinha visto na apresentação eram as dificuldades, mas que o estruturado programa nacional deveria facilitar um pouco; que tinham, pelo ao menos, uma visão mais clara dos dados coisa que eles não tinham no diabetes e suas complicações, pois a visão deles eram sempre compiladas por dados mal colocados, mal colhidos e mal avaliados. Dando continuidade, parabenizou por isso apesar de saberem que o programa tinha muitos problemas e disse que convivia muito com um grande amigo dele, **Alexandre Muralis**, que era um ativista de primeira linha da Tuberculose no Rio de Janeiro e que ele dizia dos problemas que ele tinha no município, que quase havia fechado o hospital recentemente, que tinha perdido várias pessoas que trabalhavam há muitos anos lá e que mesmo assim ainda tinham essa facilidade. Continuou dizendo que uma coisa que havia estranhado era que mesmo depois de vários trabalhos e estudos internacionais mostrando a relação Diabetes/Tuberculose, ainda, os diabéticos não estavam colocados como população vulnerável, muito mais vulneráveis talvez do que a população de internos em prisão, por lá, pelo ao menos eles comiam bem e, era claro, que em outras possibilidades poderia haver nos presídios, diabéticos. Que a colocação do diabético, urgentemente, como população vulnerável na relação com a Tuberculose, era muito necessária. Disse que não sabia quantos trabalhavam nos

setores de Diabetes do Município, que parecia que atualmente eram somente quatro para avaliar retinopatia, neuropatia, amputação, que era muito complicado. Finalizou dizendo que basicamente era lembrar da vulnerabilidade do diabético e a necessidade de incluir o diabético na população vulnerável para que pudessem facilitar inclusive o tratamento desses doentes que continuavam com muita dificuldade e abandonados. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** passou a palavra ao **Conselheiro Carlos Henrique Alves**, “Marreta”, segmento usuário, representando o Conselho Distrital de Saúde AP 1.0 que perguntou com todo respeito que o Dr. **Jorge Pio** se havia falado na apresentação do cronograma que tinha dito que os dados não eram atuais, que não condizia, então, onde poderia conseguir dados mais atuais e próximos do quadro atual porque dava uma sensação de impotência, de engano para saber do desespero, tranquilidade ou não com o abatimento dessas situações; finalizou dizendo que ele precisava de um número mais próximo do atual. Agradeceu. O Dr. **Jorge Pio** pediu a palavra para que não perdesse o “fio da meada” e que em relação ao Diabetes no ano passado e atrasado o Ministério da Saúde tinha feito duas reuniões para discutir esse tema, Tuberculose e Diabetes e que na última ficha de tuberculose que tinha liberada agora no final do ano passado tinha havia a inclusão do Diabetes como “novidade” importante e que estavam fazendo um estudo para correlacionar melhor a Tuberculose com a Diabetes. Disse que sabiam que muitos pacientes abriam quadro de Diabetes durante o tratamento da Tuberculose e que era uma coisa antiga e que sempre tinham reforçado que prestassem atenção nos diabéticos. Continuou dizendo que tinha até saído um estudo do Ministério da Saúde tentando colocar as mesmas recomendações para a AIDS, com relação ao PPD, para o Diabetes, mas que isso ainda não tinha sido oficializado e que estavam atentos a isso e como nesse ano estavam trabalhando dados era uma correlação que iriam procurar saber como estava a relação Tuberculose/Diabetes no Município do Rio de Janeiro e se poderiam fazer alguma coisa. Disse que o que estavam fazendo atualmente era recomendar que todo paciente que começasse o esquema de Tuberculose que teria que ser avaliado se tinha histórico familiar de diabetes ou se poderia desencadear diabetes durante o tratamento e que era uma coisa que poderiam ver e o contrário também, se o paciente estava com Tuberculose se ele tinha diabetes que era um fator de imunossupressão. Que em relação aos dados, ele tinha falado que não eram os últimos, primeiramente, porque a Tuberculose não tinha uma defasagem, que durante uns nove meses não tinham como saber notícias sobre o que tinha acontecido com os casos; que os casos que ele poderia dizer que estavam encerrados eram os que tinham começado há nove meses atrás que era um retardo natural da epidemiologia da Tuberculose e por isso não poderia trazer dados exatos de 2014 porque ainda tinham pacientes de 2014 em tratamento como exemplo quem houvesse começado o tratamento em dezembro de 2014 não tinha ainda fechado o tratamento e que não poderia divulgar um dado que não estava fechado. Que trabalhavam com um período um pouco atrás e como essa apresentação já estava pronta para o Ministério da Saúde, exatamente essa, que ele estava apresentando e que tinha resolvido trazer, pois estava fechada, mas que nesse ano iriam emitir um boletim que ficaria na internet com todos os dados atualizados possíveis no site e que até o final do ano teriam um boletim com todos os últimos quatro anos de Tuberculose na cidade do Rio de Janeiro. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** passou a palavra à **Conselheira Maria Edileuza Braga Freire**, segmento usuário, suplente, representante do Conselho Distrital de Saúde AP 2.1 dizendo que a área dela era bem problemática e que vendo o mapa poderiam ver as condições de moradia e que lá havia um índice muito grande da Tuberculose; que tinham três unidades de Clínica da Família, uma UPA e um CAPS, mas a precariedade era grande e a dificuldade também, além da falta de

saneamento e que viam casos de pessoas já na quarta tuberculose e que ela havia acompanhado uma pessoa assim do projeto; que ela já tinha feito três tentativas e estava na quarta; que a “Heloísa” tentava de novo e recaía e era estranho isso; continuou dizendo que em abril tinham perdido cinco pessoas com Tuberculose e que eram pessoas que conheciam na Associação de Moradores onde chegavam os casos. Disse que sábado passado havia falecido mais uma, a dona Maria Diniz da Silva com tuberculose e que haviam quatro internados no Miguel Couto e que via a grande dificuldade do controle e que a Saúde não dava conta de tudo isso. Que as pessoas levavam as medicações, mas que tinha uma pessoa que ia na Pastoral Social da Igreja, porque recebia o remédio mas que não tinha alimentação e vivia de uma cesta e que o gerente da Clínica da Família tinha vindo falar com ela para pedir uma cesta básica para aquela pessoa, que era uma jovem de trinta e dois anos que tinha vindo do Nordeste e estava a oito meses se tratando da Tuberculose e não ficava boa; ratificou que era um problema público, de saúde, governamental, que tinha parceria com os órgãos públicos, porque a Saúde dava a medicação, mas não tinha o necessário para aquela família que era o alimento. Que tinham falado sobre um que era bem alimentado e que pegava, ela concordava, mas que tinham pessoas piores, sem saneamento e era difícil. Continuou dizendo que tinha ficado muito interessada com essa pauta na semana passada e queria colocar essa situação, que todo dia estavam morrendo e não tinha para onde e que não sabia o porquê; falou sobre um caso que tinha acontecido há duas semanas atrás e que se preocupava muito com essa saúde que estava aí, que queriam melhorar e ela não via melhoramento; que o avanço era muito pouco e que uma senhora, dona “Marilde” tinha ido para UPA e não tinham resolvido a situação dela e que levaram-na para a UPA de Botafogo e que tiraram a senhora de lá porque não tinha o médico, no caso o profissional que pudesse atender o problema dela, que era problema renal e que então tinham levado para a UPA de Botafogo e de lá essa senhora peregrinou para o Hospital Miguel Couto e que só gostaria de saber deles que eram médicos e trabalhavam na área, pois era muito preocupante para ela que era leiga, por que o paciente que estava no Hospital Miguel Couto e tinha que sair às dez da manhã para fazer os exames no Gaffrée e Guinle e voltar às dezessete horas, uma senhora de setenta e oito anos; que era uma judiação, um Hospital que já tinha sido referência, onde as pessoas tinham tudo, exames e que saíam oito pessoas dentro de uma ambulância ou van, para o Gaffrée Guinle e que retornavam só às cinco horas da tarde para o Hospital Miguel Couto. Finalizou dizendo que a Conferência estava acontecendo e que tinham que discutir essas coisas. Agradeceu.

A Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes passou a palavra ao **Conselheiro Marinaldo Silva Santos**, segmento profissional de saúde, representando o Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI que dando boa tarde disse que iria falar sobre as maiores dificuldades enfrentadas pela Prefeitura que era a questão da alta rotatividade do profissional de saúde nas unidades básicas e que sabia que essa alta rotatividade era decorrente da política de Recursos Humanos da Prefeitura que terceirizavam os serviços da unidade básica ao invés de fazerem concurso público para a efetivação de profissionais fixando-o na unidade de saúde. Que nas Clínicas da Família que era a Estratégia de Saúde da Família, essa rotatividade era muito grande, era permanente e não era de hoje e que, na realidade, acabava com a filosofia da Clínica da Família que era fazer com que os profissionais conhecessem de fato aqueles que estavam atendendo e que ele ia um dia como se não houvesse a continuidade do profissional porque não tinha mesmo a continuidade daquele profissional no atendimento daquele usuário. Continuou dizendo que era importante salientar que quando se falava de concurso público, de fixar profissionais nas unidades de saúde, estavam falando em defesa do usuário do SUS, daquele que necessitava da continuidade do seu atendimento

porque se tinha um profissional e que daqui a três meses ele já não estava mais lá e era um outro e esse usuário será atendido por esse outro profissional. Na realidade não existiria esse vínculo, que o profissional não conheceria aquele que iria atender. Finalizou perguntando o que a Prefeitura do Rio de Janeiro estava fazendo para sanar que, aliás era um nó cego da política de saúde do município do Rio de Janeiro. O Dr. **Jorge Pio** disse que preferia responder de dois em dois; que inicialmente sobre o problema da saúde não dar conta que realmente tinha um aspecto da Tuberculose que era um comprometimento social, uma doença muito relacionada a causas sociais e também, conforme a **Conselheira Sônia Regina G. da Silva** havia colocado a questão de zoneamento, de saneamento, não de esgoto, mas de zoneamento urbano de terem ruas, janelas, habitação também. Continuou dizendo que eram dois fatores que a saúde sozinha não daria conta e que precisavam de parceiros e que estavam buscando parceiros e que o próprio Ministério da Saúde já havia se apercebido disso e estavam desenvolvendo ações e que dentro da Secretaria eles estavam tentando sair das “caixinhas” e estavam articulando mais com a Secretaria Municipal de Saúde, outros parceiros dentro da Secretaria e fora também para tentarem reduzir um pouco esse impacto social. Disse que nos países que conseguiram controlar a Tuberculose, no mundo inteiro, antes mesmo do advento da quimioterapia e dos medicamentos efetivos, tinha sido devido ao desenvolvimento social da população; que quando houve a Segunda Guerra Mundial a Tuberculose embruteceu na França e na Alemanha porque não havia desenvolvimento social, as pessoas estavam morando mal, comendo mal e sem emprego; que esse era um compromisso de todos e não só da saúde, que era tentar resolver esse problema, que era um compromisso da população junto com seus líderes combater isso. Em relação ao problema que tinham com a rotatividade isso era verdade e realmente ocorria e que alguns estudos tinham mostrado que com a rotatividade que tinham era semelhante a algumas empresas, que todas as empresas tinham um certo número de rotatividade de pessoal e que não saberia dizer se a deles era maior ou não, mas que estavam organizando a educação continuada, que existia essa linha de preocupação dentro da Saúde da Família, de manterem os profissionais, continuamente, sendo atualizados e que a Secretaria também tinha a formação dos Residentes, que estava formando a mão de obra específica para trabalharem na Saúde da Família, coisa que não existia atualmente no Brasil, que o médico com formação em Saúde da Família eram poucos e que a Secretaria tinha até uma remuneração boa para atrair esse tipo de profissional e que tinha a Residência para formação desse tipo de profissionais e que essas eram as principais medidas que ele tinha visto acontecer dentro da Secretaria para a redução desse problema que era realmente um nó; que o paciente não conseguia criar um vínculo e que o profissional era trocado porque não estava preparado para aquela função de médico da família e que dificulta um pouco. Continuou dizendo que isso estava sendo uma preocupação da Secretaria e que essas ações estavam ocorrendo para tentarem reduzir isso. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** passou a palavra ao **Conselheiro José Antônio Alexandre Romano**, segmento profissional de saúde, representando o Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED, que deu boa tarde e disse que era um prazer visto que o trabalho que a equipe técnica estava tendo que era o de enfrentar uma das maiores doenças que o Rio de Janeiro apresentava em incidência, com quatro pessoas e que achava que não deveria ser o Dr. **Jorge Pio** a responder e sim o Secretário do porquê de manter tão poucas pessoas num Programa tão prioritário quanto a Tuberculose era, no Rio de Janeiro. Que tinham tido fóruns e seminários que deixaram claros que a Tuberculose era prioridade, mas que essa prioridade, como ele havia mostrado, não era colocada realmente. Que estavam vivendo talvez dias piores e que quando se colocava a questão social essas políticas “tapa buraco”

ou “marqueteiras”, do governo saudoso do Cabral e agora do Paes, UPP’s, Saúde da Família, que a UPP tinha matado quatro ou cinco antontem do resultado dessa política de fazerem as coisas improvisadas com pessoas terceirizadas e mal treinadas; que era a mesma coisa na segurança, que colocavam um policial que estava mal treinado na UPP, que não daria certo, como havia acontecido na Rocinha, estava acontecendo no São Carlos e em tudo quanto era lugar. Continuou dizendo que essa era a realidade do nosso Estado e que algumas pessoas estavam achando que a Justiça era imaculada e que era maravilhosa, muito boa e que inclusive tinha soltado pessoas que tinham ido morar na Itália porque a Justiça tinha soltado o cidadão e que ele teve que voltar para cá, mas que a Justiça era tão boa que havia sacramentado as OS’s, que eram legais, mas eram imorais porque nem tudo que era legal era imoral. Disse que sabiam muito bem que as Organizações Sociais não estavam investindo no que elas haviam se comprometido nos contratos de gestão e que nisso, a gestão tinha que responder a eles, aonde no contrato de gestão, por que as Organizações Sociais não estavam vigiando e colocando pessoal para tratarem da Tuberculose, por que não. Questionou se elas não estavam colocando médicos na Rede; que então, concretamente, a alta rotatividade se dava e que estavam percebendo por parte dessa gestão “Cabralina” era que se entendiam que saúde era somente colocar um médico fardado com um auxiliar de enfermagem, se tivesse e tocar o barco atendendo aquela “reclame” da população que estava ali batendo na porta e queria demanda e queria resposta, porém não se conseguia responder assim saúde; que precisavam estruturar equipe, estruturar programa, que um programa da Saúde da Família não era isso que estavam fazendo no Rio de Janeiro, não era mantendo um profissional preso às Clínicas de Família e na comunidade; continuou dizendo que estava faltando pessoal, que as OS’s não estavam investindo e que estavam colocando quase cinqüenta por cento de dinheiro da Secretaria nas OS’s e apresentavam números da Tuberculose que era um, que deveriam ver na “Cenize” e outros números e que sabiam que os outros números eram tão catastróficos quanto, porque não estava tendo investimento, os números não eram claros e que não sabiam, realmente, quantas pessoas estavam trabalhando. Disse que estiveram essa semana no Heitor Beltrão e que havia ficado triste com o que tinha visto; que as equipes novas que tinham entrado, que eram quatro equipes de médicos e que tinham reduzido para duas e que tinham colocado os médicos Residentes para tapar o buraco porque se tapava buraco com qualquer um e essa era a realidade e que a Prefeitura pagava para manter essas pessoas lá, mantendo os Residentes da UERJ, que era pública, que mantinham os Residentes na OS e a Prefeitura pagava bolsas, que não sabia de onde para complementar sete mil reais; que esse Residente estava ganhando dez mil reais e que a OS deixava de contratar os dois médicos de família e que olhavam para o quadro e estava lá o nome do médico, o enfermeiro e que não precisava do técnico de enfermagem, fonoaudiólogo, psicólogo também não; que esses profissionais não eram necessários para o Programa Saúde da Família, que aprecia que o povo não precisava de outros profissionais na Rede. Ratificou dizendo que todos os Centros de Saúde tinham sido dizimados e que desafiava as pessoas que ficavam batendo boca com ele que conseguissem um oftalmologista para amanhã com o SISREG; que queria desafiar essa pessoa que ficava lá elogiando, batendo papo, que ela pegasse e fizesse um simples exame de vista rápido amanhã, que fosse pelo SISREG, no seu Centro de Saúde e que conseguisse consulta amanhã de manhã, que não conseguira porque não tinha, que a Secretaria hoje, entendia que você colocava um médico qualquer para que atendesse a demanda. Continuou dizendo que a questão da Tuberculose tendia a aumentar e a piorar como as outras doenças infectocontagiosas. O **Conselheiro José Antônio Alexandre Romano** foi interpelado pelo **Conselheiro Geraldo Batista de Oliveira**, segmento usuário,

representando o Conselho Distrital de Saúde AP 5.3, que disse, fora do microfone, que o **Conselheiro José Antônio Alexandre Romano** havia feito concurso para ficar ali na Secretaria sem trabalhar, pois o médico que ficava no gabinete do Deputado não trabalhava e, aquele que ficava no Sindicato também não; reiterou dizendo que aqueles que haviam feito concurso para ficar no gabinete do Deputado e no Sindicato iriam trabalhar para quê? O **Conselheiro José Antônio Alexandre Romano** solicitou que constasse em ata o que o referido Conselheiro tinha acabado de falar após a fala dele e o **Conselheiro Geraldo Batista de Oliveira**, também, fora do microfone, solicitou que a fala do **Conselheiro José Antônio Alexandre Romano**, fora do tema Tuberculose, constasse, na íntegra, em ata. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** chamou o **Conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** para falar ao microfone já que tinha havido o debate, e o mesmo, ao microfone, ratificou dizendo que gostaria, também, que fosse colocado na ata as palavras, na íntegra, porque o tema era Tuberculose e que tinha se manifestado porque tinha sido citado. Confirmou o pedido para que as palavras do **Conselheiro José Antônio Alexandre Romano**, constasse na íntegra, pois o tema era Tuberculose e que não estavam discutindo o assunto que ele havia falado e que tinham discutido nos Informes Gerais quando o referido Conselheiro não havia se pronunciado. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** passou a palavra à **Conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira**, segmento gestor, representando a Secretaria Municipal de Saúde, por parte, disse que alguns esclarecimentos eram importantes e que, primeiramente, queria fazer uma sugestão. Nesse meio tempo, o **Conselheiro José Antônio Alexandre Romano** retomando a palavra disse que queria que fosse colocado em ata, também, pois queria respeito nesse Colegiado; se direcionando a presidente da Mesa reiterou pedindo respeito senão ele pediria a Comissão de Ética quanto Conselheiro Geral; que o **Conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** tinha que respeitar todos os Conselheiros aqui e que em nenhum minuto havia falado o nome dele, que tinha ouvido tudo que o referido Conselheiro havia falado e que não falava diretamente com ele, não o cumprimentava e que não queria que ele falasse o seu nome. Que se ele permanecesse no recinto, queria uma Comissão de Ética caso ele permanecesse no recinto o agredindo. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que estava gravado e a **Conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira** retomou a palavra dizendo pedindo para que respeitassem, primeiro, o direito de todo mundo se colocar e que achava que tinham uma função aqui no Conselho que era de esclarecer, gerar pautas e que a primeira questão que ela queria colocar era a sugestão, dentro da Comissão de Educação Permanente, que convidem as equipes dos Consultórios na Rua porque, se direcionando ao Dr. **Jorge Pio**, entendia que uma das questões graves ainda, além da população em alta vulnerabilidade, era a conduta; que os Consultórios na Rua tinham a metodologia de cuidado de acompanhamento que seria interessante que todos tivessem acesso, pudessem conhecer e pudessem discutir e que essa pauta sobre o cuidado e a atenção à Tuberculose se desdobravam em outras pautas. Continuou dizendo que dentro da Comissão de Educação Permanente, ocupavam um tempo de vinte minutos, mas que era bem importante saberem como era cuidar de pessoas nessa situação em contextos de alta vulnerabilidade. A outra questão que era para esclarecimento era que o cuidado à Tuberculose era responsabilidade da Atenção Primária e que ele migrava para outros níveis de complexidade quando havia necessidade, mas ele era e devia ser garantido o cuidado na função primária. Dando continuidade e pedindo para que a corrigisse se estivesse errada, que entendia que quando o Dr. **Jorge Pio** se referia a quatro profissionais ele estava se referindo a quatro profissionais no Programa de Tuberculose aqui na Secretaria Municipal de Saúde e que, somado aos quatro profissionais que tinham a função de formular, encaminhar, monitorar, gerenciar tecnicamente o Programa, tinham toda a

Rede de médicos, enfermeiros e agentes comunitários que estariam preparados para cuidar e cuidavam e que, então, não eram quatro profissionais. Que além disso, sabiam que, dependendo do nível de complexidade, existia uma linha de cuidado e dentro dessa linha se ele precisasse de um “pneumo” ou de um “infecto”, enfim, ainda tinham os especialistas. Que ela, **Patrícia de Albuquerque Ferreira**, havia se comprometido e até ligado lá para o andar abaixo, para passarem a todos, que ela tinha feito uma observação, que na verdade, tinham até pedido os dados para poderem depois fornecer, que o “infecto” não estava mais colocado na Atenção Primária e o “pneumo” sim dependendo do nível de complexidade. Continuou dizendo que era atribuição da Atenção Primária e deixando claro que não era uma coisa ou outra, que eram pautas que tinham impacto mas não era uma coisa ou outra e que a discussão sobre a rotatividade interessava tanto quanto à Secretaria e que, na verdade, todo investimento estava sendo feito para fixar o profissional e que esse desafio não estava circunscrito ao Rio de Janeiro, era um desafio maior do que o Rio de Janeiro; que os maiores programas de saúde do mundo eram aqueles que vinculavam pessoas a pessoas e quanto menos rotatividade melhor seria o cuidado e esse era um interesse claro, hoje, da Secretaria Municipal de Saúde. Que compartilhavam esse desafio de como fixar o profissional do SUS, como preparar para o campo público e que não era uma questão que estava ligada não somente ao modelo de contratação. Continuando, para esclarecer, disse que tinham outros desafios relacionados à Tuberculose e que queria falar um pouco do trabalho das Unidades, do que elas traziam para nós, o Consultório na Rua e outras unidades de alta vulnerabilidade, que faziam sistematicamente o tratamento e o “sujeito” não tinha o que comer e que então começavam um articulação intersetorial e que era óbvio que fazia parte do trabalho da equipe movimentar uma rede local, sem dúvida nenhuma, porém, podiam tornar isso uma direção de trabalho mais forte dentro de cada território e o que o Dr. **Jorge Pio** estava falando ao final era com que esses dados serviam para induzirem políticas públicas intersetoriais no cuidado dessas populações vulneráveis e a mesma coisa nas condições de habitação. Que era uma pauta que ela entendia que era intensa e que não tinha se esgotado e que seria muito interessante que pudessem ter pequenas sessões de vinte minutos que fosse de continuidade na abordagem da questão da atenção à Tuberculose. Ratificou dizendo que era para esclarecer senão perderiam o foco e que não eram quatro profissionais e que, em relação a investimentos e fixação de profissional estava sendo um trabalho intensivo da Secretaria e que estava colocado para todos e não somente para o segmento gestor e sim para todos os segmentos gestor, trabalhadores e usuários e que contavam, inclusive, com todos para poderem pensar no que estava sendo feito e que era pauta de todas as Conferências e que tinham um trabalho grande. Agradeceu. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** passou a palavra ao Dr. **Jorge Pio** que disse que somente queria reafirmar o que a **Conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira** tinha colocado que estavam passando por uma necessidade de revisão da equipe que por motivos de aposentarias e até óbitos dentro da equipe deles recentemente e que acreditava que seria um momento passageiro e que a equipe deveria voltar a ter um número maior de pessoas e que essa preocupação que a Secretaria tinha era um motivo de discussão interna já algum tempo, de capacitar e fixar o profissional, que o salário do município do Rio de Janeiro era diferenciado para o profissional de Saúde, da Clínica da Família, que se ele fosse especializado tinha um extra e que então tinham uma preocupação importante de fixar o profissional. Disse que queria colocar também a respeito do que estavam tentando fazer para a redução desses nós e que nesse ano estavam trabalhando o “banco”, procurando parcerias, trabalhando mais próximos do programa de AIDS e que estavam fazendo reuniões constantes com o Estado a respeito do sistema prisional que preocupava muito e que estavam

reorganizando o sistema prisional junto com o Ministério da Saúde com um projeto dentro do sistema prisional para que pudessem prestar um atendimento melhor e pudessem ter melhores informações sobre os caso dentro desse sistema prisional, que eles achavam uma coisa importante e que estavam tentando articular no Fórum de Buenos Aires uma participação mais efetiva desses parceiros e que parecia que mês que vem teriam uma reunião grande que ele já tinha pautado para participar e que iriam propor uma ação mais próxima, CAP a CAP de acordo com a localização da Organização, em qual CAP ela iria atuar fazendo uma ponte entre a ONG e a Coordenação de Área para que pudesse ser mais efetiva nas propostas junto à CAP. Finalizou dizendo que eram somente algumas coisas que tinham planejado para esse ano, começando a fazer esse ano para alcançarem melhores dados com relação à Tuberculose. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** chamou o **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima**, mas a palavra foi passada à **Conselheira Ângela de Lamare**, segmento gestor, representando a Secretaria Municipal de Saúde dizendo não ser uma pergunta, mas que era somente para lembrar que achava que, um tema tão importante e tão significativo e que por muitos e muitos anos, não só no Rio de Janeiro mas no Brasil com um todo, vinham tentando diminuir essas taxas, que a Conferência de Saúde era um espaço de participação do controle social para buscar soluções e que o Dr. **Jorge Pio** havia colocado que na AP 1.0 tinha um índice grande, na AP 2.1, 2.2, 3.1 eram diferentes níveis e que cada uma das áreas conheciam as suas peculiaridades, conheciam o seu perfil conheciam as suas dificuldades como ninguém e que os Conselheiros de uma área conheciam-na como ninguém conhecia e, então, que tipo de proposição, que tipo de parceria, que tipo de contribuição os próprios Conselhos Distritais poderiam se utilizar para desatar nós que eram complicados. Como exemplo citou que na AP 1.0, com certeza, a população de Rua era maior e como os representantes do Conselho da AP 1.0 na sua discussão poderiam ajudar a elaborar estratégias de enfrentamento, de busca ativa, de não abandono de tratamento junto à população que pertencia aquela área distrital. Continuou dizendo de que maneira poderiam fazer isso e que achava que era um desafio para as comunidades e um desafio para as Conferências de estarem ajudando nas estratégias para que em parceria junto com os profissionais e todo mundo para buscarem soluções que fossem referências nos seus territórios de acordo com aquela realidade e de acordo com a inserção que cada um dos representantes tinham em diferentes pontos da comunidade ou dos segmentos. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** passou a palavra à **Conselheira Sônia Regina G. da Silva** que disse que havia se inscrito apenas para chamar a atenção ao que o jornal “O Globo” tinha publicado há três semanas, por volta do dia 5 do mês passado, que não bem a data, mas que poderiam entrar nesse “Pai Aurélio” novo, digital e com certeza colocariam algumas informações. Lendo disse que o Rio registrava a maior taxa de mortalidade por Tuberculose entre os Estados do país e que eram 4,3 óbitos por 100 (cem) mil habitantes e que segundo dados de 2013, ao Ministério da Saúde, de acordo com a Superintendência de Vigilância Epidemiológica e Ambiental, o Estado do Rio de Janeiro era o segundo do Brasil em números de casos e que de acordo com a Secretaria o tratamento da Tuberculose era feito preferencialmente em ambulatórios já que a maior parte dos pacientes não apresentavam reações ao medicamento e que, em geral, as internações ocorriam em situações específicas sendo indicadas para os casos que houvessem reações aos medicamentos como pacientes com Tuberculose resistente às drogas e casos sociais, pessoas vivendo em situação de rua, abandono familiar para que fossem auxiliadas no tratamento. Concluindo o que queria dizer é que tinham passado esses dados mas para aqueles que estavam às vésperas e, algumas conferências que já haviam sido realizadas, mas que outras estavam para acontecer, que não perdessem isso de vista, que o total de casos no

Rio de Janeiro era muito grande, que eram 834 (oitocentos e trinta e quatro) óbitos e que era uma doença negligenciada e que não precisavam mais morrer por T uberculose porque existia na internet e que chamavam muito a atenção para a Tuberculose que era antiga, mas que não era passado e que aqui, no nosso Estado, estavam tendo casos de multirresistência à droga e que a sigla era “MDR” e que se não entendessem o que era isso parecia que estavam falando de um outro país, mas que estavam falando de coisas que estavam afetando a todos, um do lado do outro, que ela poderia estar com a Tuberculose como eles também e não sabiam. Que pela tosse ou de outra forma poderia estar contagiando e que era importante que dessem atenção e que o Dr. **Jorge Pio** tinha dito uma coisa e que a **Conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira** havia reforço que era no sentido social. Continuou dizendo que estavam num centro de umbanda, que estavam nas igrejas evangélicas, que estavam nos centros de convivência e que aonde tinha pessoas não custava nada passarem a informação e que se conhecessem alguém que estivesse tossindo a mais de três semanas que poderia ser Tuberculose e que deveriam cobrar do “cara”. Disse que na comunidade não tinham essa palavra técnica como tinham os médicos, que falavam de vizinho para vizinho, de amigo para amigo para sensibilizarem e que era a linguagem que eles entendiam, que era complicado. Concluiu pedindo que prestassem atenção porque isso era grave e que a **Conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira** havia dado uma iniciativa e agradeceu para que chamassem esse Comissão de Educação Permanente para uma coisa que tinha quer ser feita e que era um papel deles e que somente a Prefeitura não daria conta da história se não se envolvessem enquanto cidadão e olharem para o amigo, o **Secretário Executivo e Conselheiro David Salvador de Lima Filho**, e acharem que ele poderia ter Tuberculose e, que, a informação que tinha poderia ser útil para ele; que, desde de que ele estivesse tomando remédio a pouco tempo, já não estaria contaminando ninguém, mas que se esquecesse ou por outra razão social deixasse isso desleixado, de lado, que aí sim, teriam complicações seriíssimas porque se tornariam multirresistentes e seria complicado. O Dr. **Jorge Pio**, tomando a palavra, agradeceu a oportunidade de poder falar sobre a Tuberculose e que já fazia um tempo que não vinha e que somente os veria na apresentação do Plano e que estavam à disposição para atender dúvidas e contarem com os Conselheiros como a **Conselheira Sônia Regina G. da Silva** havia falado, que era dever de todos, que não dava para uma instituição só dar conta de todos os problemas; que a população representada pelos Conselheiros também tinham que participar julgando, conversando, procurando as CAP’s e fazendo uma ligação entre a sociedade civil organizada e as Coordenações de Área para que esse trabalho possa ser mais efetivo em cada área para que participassem de forma mais efetiva nas suas áreas. Finalizou agradecendo e sendo aplaudido. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** agradeceu e que fosse bem vindo àquele Colegiado. A **Conselheira Sônia Regina G. da Silva** tomando a palavra, rapidamente, disse que uma coisa que havia chamado a atenção era como os territórios livres estavam impedindo-os e que por isso pareciam que estavam “chovendo no molhado”, mas que era para chamar a atenção mesmo, que estavam tendo “acesso seguro” e que esse “acesso seguro”, que teriam que pegar outras “caixinhas”, talvez os policia, mas que ainda não tinham UPP’s em todos os lugares no Rio e que isso também era um impeditivo para que os agentes de saúde levassem o remédio à quem estivesse precisando e que era uma conversa que teriam que ter e que não poderiam deixar para depois, que era para ontem, para agora e para verem o que poderiam melhorar sobre isso. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** passou a palavra a senhora “**Lizandra**” e o **Conselheiro Carlos Henrique Alves**, pedindo desculpas disse que estava encantado e feliz com a presença daquele grupo ali, que tinham e que viessem outros estagiários para

participarem. A senhora “**Lizandra**” retomando a palavra disse que fazia parte do curso de Nutrição da UERJ e que faziam uma disciplina chamada Políticas de Saúde e que uma proposta da disciplina era conhecerem os Conselhos de Saúde e que a professora queria levar isso para os alunos porque todo mundo poderia conhecer esse lugar. Finalizou agradecendo e sendo aplaudida. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** passou a palavra a senhora “**Silvia**” que deu boa tarde e disse que conhecia várias pessoas que estavam presentes na platéia e que era a primeira vez que estavam no Colegiado e que o motivo era porque estavam em nome da Cáritas, da Arquidiocese do Rio de Janeiro que estava fazendo um curso sobre formação política e Conselhos Estaduais e Municipais e que tinham ido conhecer esse trabalho apesar dela já frequentar reuniões na AP 4.0, de Jacarepaguá, porque morava lá e Barra e outros dois trabalhavam no Engenho de Dentro, no antigo Hospital do Engenho de Dentro e a outra colega que trabalhava na Pastoral da Saúde, na Arquidiocese de Niterói e, que, no caso, estavam representando aqui no Rio de Janeiro e tinham vindo visitar o Conselho Municipal de Saúde para ver como funcionava as suas dificuldades, as deliberações dos Conselheiros, que era sensacional e que tinham entendido perfeitamente e que iriam passar para suas Arquidioceses. Finalizou dando parabéns pelo trabalho especialmente do Dr. **Jorge Pio**; dizendo que também fazia parte de um grupo de pessoas que faziam esse trabalho em comunidade para as pessoas que tinham doenças infectocontagiosas com seu querido amigo João, também, que faziam um trabalho muito grande com grávidas e com mulheres que estavam dentro de casa e que não sabiam que a doença estava dentro delas, dentro das suas próprias famílias e que é isso que o Dr. **Jorge Pio** e a **Conselheira Sônia Regina G. da Silva** tinham falado era espetacular. Agradeceu e foi aplaudida e disse que tinha sido ótima a presença deles e que sempre que puderem estariam aqui porque aquilo era informação e que as pessoas precisam e que a palavra deles tinha sido espetacular. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** agradeceu a presença e não havendo mais nada a ser informado foi encerrada a reunião às dezessete horas e vinte minutos e eu **Carmem Terezinha Gomes Sasaki** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** como substituta do presidente deste Conselho **Dr. Daniel Ricardo Soranz Pinto**.

Carmem Terezinha Gomes Sasaki

Maria de Fátima Gustavo Lopes